TL 1540

# COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

Comissão constituída para apoiar as posições de **Fretilin** na Sessão sobre **Timor Leste** do Tribunal Permanente dos Povos

Commission constituted to support the positions of **Fretilin** in the Session on **East Timor** of the Permanent Peoples Tribunal

**Rua Pinheiro Chagas 77, 2.° esq.°**

**1000 Lisboa** Portugal

☎ **57 47 18**

DOC.Nº4

- GENOCÍDIO FÍSICO E CULTURAL EM TIMOR-LESTE
  (Shepard Forman)

- DEMASIADO ESOTÉRICO PARA SER NOTÍCIA
  (Noam Chomsky)

TL1540-1



Shepard Forman, actualmente na Fundação Ford, leccionou inicialmente Antropologia na Universidade de Michigan. De Agosto de 1973 a Outubro de 1974, viveu em Timor com a família onde realizou uma pesquisa sobre os Makassáe.

\+

\+ +

O convite para vos falar hoje sobre o genocídio físico e cultural em Timor-Leste deixou-me, de certa forma, apreensivo. As palavras têm um peso muito forte e eu gostaria de as suavizar e falar antes do essencial da situação de Timor-Leste, tal como eu a entendo. Devo confessar que o meu conhecimento da actual situação, é um conhecimento em 2ªmão, proveniente de notícias de jornal e relatos pessoais de amigos ou conhecidos que tenham recebido cartas ou qualquer outra comunicação proveniente de amigos ou parentes ainda em Timor-Leste. O que é manifesto através destas notícias é a terrível amplitude do sofrimento humano, isto é, as dimensões da tragédia. Hoje gostaria de pedir-lhes um momento de reflexão sobre a importância da situação difícil do povo de Timor-Leste. Talvez a melhor forma de o fazer seja a de ficar a conhecer Timor-Leste tal como eu o conheci em 1974 e talvez, dentro desta perspectiva, obter uma noção mais global do que efectivamente perdemos.

De acordo com todas as informações, cerca de 1/3 a metade da população indígena de Timor-Leste foi morta: o que representa cerca de 200.000 pessoas numa população que há 5 anos se estimava em 650.000 indivíduos. Muitos outros foram forçados a deslocarem-se das suas casas e terras tradicionais,nas montanhas,para acampamentos junto à costa onde vivem em condições deploráveis. O perder a vida já é por si cruel, mas eu preocupo-me mais com os efeitos políticos e culturais, a longo prazo, da situação de guerra e da fome dela decorrente, no povo de Timor-Leste. Por exemplo, não é possível ter conhecimento dos efeitos, a longo-prazo, decorrentes da subalimentação em massa, no desenvolvimento futuro dos jovens de Timor- leste ou, pelas mesmas razões, no prognóstico da recuperação total dos adultos que a sofreram, através desta longa campanha militar e de deliberada desintegração económica e social. Sabemos que o poder destrutivo da tecnologia ocidental tem sido, terrivelmente, utilizado contra pequenas sociedades cuja sobrevivência é actualmente limitada.

Quando pela primeira vez, em Agosto de 1973, eu e a minha família fomos a Timor, encontrámos uma população diversificada de cerca de 650.000 indivíduos divididos em sistemas socio-culturais integrais, dentro de linhas etno-linguísticas distintas. Nessa altura, Timor-Leste encontrava-se sob a autoridade colonial portuguesa - de forma nenhuma a situação ideal - mas o sistema social estava, pelo menos na totalidade, relativamente preservado, em certa medida, florescente. Foi no que eu e a minha mulher meditámos assim que ali fixámos residência - um bom lugar para criarmos os nossos filhos. Muito tem sido dito sobre a fome e privações constantes, em Timor, anteriormente aos terríveis acontecimentos com os quais se têm defrontado os timores desde a invasão indonésia de 1975. Com efeito, as horríveis proporções assumidas pelo assassínio e genocídio pela fome, são mascaradas por depoiementos acentuando que a economia tribal destas sociedades timores sempre fora insuficiente para permitir, ao Povo de Timor Leste, viver plena e satisfatoriamente. Eu contestaria tal facto. Evidentemente que, tal como o conhecemos, Timor-Leste não é uma terra de abundância mas é uma terra de suficiência em que as pessoas têm o suficiente para comer e até mesmo para comerciar. Os Makassáe, das terras altas do centro de Timor-Leste, perto de Quelicai, entre os quais passámos 15 meses fazendo pesquisas antropológicas, eram uma entidade plenamente funcional e desenvolvida em termos sociais, políticos e culturais. Evidentemente que havia anos em que a falta ou o excesso de chuva diminuíam a produção de milho e arroz, este último consúmido apenas em cerimónias e vendido a dinheiro aos chineses para pagar o imposto aos portugueses. Mas os Makassáe subsistiam com feijões, inhame e outros produtos vegetais, e conseguiam criar os seus búfalos e manter os seus magníficos arrozais, e colher suficiente arroz, milho e legumes para as suas cerimónias e trocas nos seus animados mercados dominicais. Eram um povo que se assumia com grande dignidade na beleza e magestade do seu tradicional habitat de montanha, trabalhando terras herdadas dos seus pais, que por sua vez também já tinham sido herdadas pelos pais daqueles.

Evidentemente que as suas terras foram sendo sucessivamente subdivididas e sobretrabalbadas, e os Makassáe aprenderam a falar de fome e de frio. Sofreram várias epidemias endémicas à Ilha. Mas mesmo assim, não eram perceptíveis as marcas características da subalimentação e da fome. Não havia crianças com pernas arqueadas (raquitismo) nem barrigas inchadas resultantes do œdema da fome. Não houve mortos por fome neste sistema em que o povo partilhava até os momentos de

maior dificuldade. Finalmente, e o que me parece mais importante, é que a população de Timor-Leste em geral, e os Makassáe em particular, mostravam claramente um desenvolvimento evidente, suficiente para calar qualquer pretensão no sentido de uma economia simples, incapaz de servir a população da ilha.

Nesta perspectiva, os Makassáe poderiam ser materialmente pobres, de acordo com os nossos termos de refrência, mas ricos de uma tradição socio-cultural que deveria ser a inveja de qualquer um de nós. O seu território estava social e politicamente organizado segundo relações de parentesco de base patrilinear, e o seu sistema religioso baseava-se em princípios cosmológicos assentes na interrelação entre os homens e a natureza, natureaa esta, fonte de renovação permanente da vida. Este paradigma de vida dos Makassáe, que evidencia uma solene e sagrada crença na terra-mãe e no pai-celeste, e no poder dos antepassados, estava institucionalizada numa série de ritos - ritos de casamento, ritos funerários, ritos agrícolas - que integravam a práctica dos Makassáe nas suas crenças. A mudança dos Makassáe das suas terras ancestrais e o desmembramento do seu sistema socio-cultural é muito mais do que uma simples questão de mudança e re-estabalecimento da população num outro local. É a destruição de um modo de vida significativo, de uma maneira de ser que cimenta o significado da vida para os Makassáe enquanto povo, e que deveria ter significado para todos nós.

O verdadeiro problema que agora se nos apresenta, é o do que pode ser feito. Evidentemente que o problema imediato é o destino de centenas de milhares de timores que continuam nos campos ou que percorrem o país e que necessitam, desesperadamente, de alimentos e cuidados médicos imediatos. Infelizmente o auxílio médico e alimentar que até agora tem chegado a Timor-Leste parece ter sido, e continuar a ser, muito mais uma questão política do que uma questão de assitência. A Comunidade Internacional tem de insistir na entrada livre e sem qualquer restrição em Timor-Leste, se se pretende que os programas de auxílio de emergência cheguem às populações e sejam aplicados em benefício total destas. Depois temos de começar a pensar no que pode ser feito para reconstituir os sistemas culturais e sociais integrais, que vigoravam em Timor-Leste antes dos trágicos acontecimentos dos últimos 5 anos. Para mim, não há qualquer dúvida em que deve ser permitido ao povo de Timor-Leste voltar ao território tradicional em que residiam e que os novos projectos de desenvolvimento da ilha

devem igualmente ter em consideração o respeito total pelas suas tradições sociais, culturais e políticas. Isto quer dizer que, de início, as próprias fronteiras abertas pelos indonésios no sentido da imigração inter-ilha, devem ser novamente fechadas para que a população indígena não tenha de competir com a javanesa ou outra população imigrante que usurparia as suas terras e as valorizaria de acordo com os interesses de uma agricultura de exportação desenvolvida.

Uma vez assegurado o regresso à sua terra natal deve ser permitido, ao povo de Timor-Leste, a liberdade de escolha que todas as Convenções internacionais lhe conferem. Enquanto estávamos em Timor-Leste, eu e a minha família tivémos o privilégio de testemunhar o primeiro acto de auto-determinação do povo de Timor-Leste. Tal como descrevi, em 1977, no meu testemunho ao Congresso sobre os Direitos Humanos em Timor-Leste, os Makassáe, ainda que analfabetos, estão perfeitamente aptos a expressar e a agir dentro dos seus princípios políticos. Numa impressionante demonstração de vontade política, desceram, em número significativo, das suas casas da montanha ao posto administrativo de Quelicai, em 1974, para com um simples X ou uma impressão digital deixar bem clara a sua preferência pela autonomia local. Pressagiando as suas próprias convicções sobre o futuro da colónia, os jovens oficiais do exército português - que mais tarde voltariam as suas tropas contra o povo de Timor - decretaram que esta área Makassáe seria o primeiro domínio democrático político em Timor-Leste, pondo um ponto final na longa lista de pedidos de autonomia na região. Finalmente, depois de 500 anos de colonialismo, a paz e a liberdade estavam já muito próximas. Pouco importava que os Makassáe e outros grupos socio-culturais de Timor-Leste tivessem sido tão firmes na sua resistência à recusa dos seus direitos há tanto pretendidos.

Infelizmente, o futuro breve, de paz e autonomia prometido ao povo de Timor-Leste,continua a ser negado, e há ainda muito trabalho para ser feito. Sinto-me um pouco mais animado pelo esforço inacreditável que tem vindo a ser desenvolvido por grupos de apoio ao povo de Timor-Leste que actualmente existem no nosso país, na Europa e na Austrália, e pelo esforço extraordinário dos poucos indivíduos que conseguiram manter viva a triste história do povo timor, quer na imprensa quer noutros circuitos de mass media que durante muito tempo permaneceram indiferentes ou foram mesmo aquiscentes. Agora, mais do que nunca, temos de trabalhar juntos para garantir em Timor-Leste

uma transição metódica para um status político que será fruto da escolha do próprio povo. E devemos trabalhar para a descoberta ('re-descoberta') dos ricos e variados sistemas sociais que o povo de Timor-Leste (e nós) está, perigosamente, em vias de perder para sempre. Evidentemente que isto é essencial para a sobrevivência da sociedade do povo de Timor-Leste; mas para além disso, não posso deixar de pensar que o destino do povo de Timor-Leste é também uma forma de avaliar a nossa própria humanidade.

TL 1540-2



Noam Chomsky quase não precisa de apresentação. É professor de linguística no Instituto de Tecnologia de Massachussettes, e há mais de 12 anos que tem criticado, sem reservas, a política externa dos Estados Unidos. Tem escrito e falado consideravelmente sobre Timor-Leste, testemunhando muitas vezes sobre o problema perante as Nações Unidas. O texto que se segue é composto, mais propriamente, de excertos de um dos primeiros depoiementos que o Prof.Chomsky escreveu para o Asian Center, do que pelo discurso que fez na Conferência, uma vez que não falou apoiado num depoiemento anteriormente já elaborado. Passados apenas dois meses sobre a Conferência, o Prof. Chomsky e James Dunn uniram os seus esforços para falarem, em Boston, perante uma maior auduência.

\+

\+ \+

Porque deveríamos nós dar atenção a Timor-Leste, um pequeno e remoto lugar, do qual a maioria dos americanos nem sequer tinha ainda ouvido falar? Há duas razões, qualquer delas só por si máis do que suficiente. A primeira é que Timor-Leste tem sido, e ainda é palco de grandes massacres e sofrimento. Escapam-nos muitos dos terríveis acontecimentos que se passam no mundo. Podemos lamentá-los, mas não podemos fazer muito por eles. Este caso é radicalmente diferente, por isso muito mais importante. O que aconteceu e o que está subjacente a esses acontecimentos tem muito que ver comnosco, tanto que o sangue está nas nossas próprias mãos. A 2ª razão é que ao considerarmos o que, desde 1975, aconteceu em Timor-Leste podemos aprender coisas muito importantes sobre nós próprios, sobre a nossa sociedade e as nossas instituições. Se não gostamos do que vemos quando olhamos para os factos - e poucos esquecerão a consternação relevante de um olhar honesto - podemos trabalhar no sentido de modificar as prácticas e a estrutura das instituições que permitem tanto sofrimento; na medida em que nos consideramos cidadãos dume comunidade democrática, temos a responsabilidade de canalizar todas as nossas energias para esses fins. A recente história de Timor-Leste fornece uma visão interna, reveladora das polítioas do governo dos E.U.A., dos actores intervenientes na sua determinação e das formas como nelas funciona o nosso sistema ideológico.

A 7 de Dezembro, a Indonésia lançou uma invasão em grande escala, capturando DILI, a cidade-capital. O ataque teve lugar algumas ho

ras depois da partida, de Jakarta, do Presidente Gerald Ford e de Henry Kissinger. Não há quaisquer dúvidas de que os E.U.A. não só conheciam a eminente invasão, como explicitamente a autorizaram. Numa intervista com Jack Anderson, a 9 de Novembro de 1979 Ford admitiu outro tanto enquanto afirmava ignorar as circunstâncias exactas. (washington Post).

90% do fornecimento das armas utilizadas pelo exército indonésio invasor, era de origem americana. Nas sessões do Congresso, deputados governamentais asseguraram que os Astados Unidos tinham imposto um boicote de armamento,por 6 meses, como resposta à invasão; mas o dito boicote foi de tal forma secreto que nem a Indonésia chegou a ter conhecimento dele. As armas continuaram a afluir e, de facto, novas ofertas de armamento foram feitas, incluíndo equipamento anti-guerrilha, durante o período de boicote de armamento, como foi admitido pelos portavoz da administração quando os factos foram expostos por Ben Anderson, especialista em questões indonésias, da Universidade de Cornell. A invasão foi brutal e sanguinária. Posteriormente, a Indonésia estendeu a sua agressão a outras partes do território e, por volta de 1977-78 empenhou-se num programa de destruição total, incluíndo bombardeamentos em massa, deslocação forçada da população, destruição de aldeias e culturas, e todas as técnicas usuais utilizadas pelos exércitos modernos para subjugar a população resistente.

É difícil precisar a amplitude das atrocidades, em parte por a Indonésia se recusar a admitir observadores estrangeiros,por razões claramente perceptíveis. Se no Ocidente os factos não eram conhecidos, não era senão pelo facto de se ter decidido que, efectivamente, eles não deveriam ser conhecidos. Pensa-se que de uma população que, anteriormente à guerra, orçaria pelos 700.000, 1/4 talvez tenha sucumbido completamente na carnificina ou na situação de fome gerada pelo ataque indonésio, e que a restante população - a maior parte da qual 'amontoada' em campos de concentração sob controle militar - pode vir a ter um destino semelhante a menos que fiscalizada pela intervenção próxima e substancial da Assitência Internacional.

Funcionários das agências de socorro que finalmente, depois de quase 4 anos, tiveram acesso, ainda que limitado, ao território, descreveram a situação dominante como comparável à do Cambodja em 1979. A reacção mundial tem sido, de certa forma, diferente nos dois casos.

O governo dos E.U.A. continua a fornecer o apoio militar e diplomático requerido, para prosseguir a carnificina. Em finais de 1977, tinha-se esgotado o equipamento indonésio. A administração dos Direitos Humanos incrementou, de forma dramática, o afluxo de equipamento militar, capacitando assim a Indonésia a empreender as violentas ofensivas que reduziram Timor-Leste à situação verificada no Camboja. A Assembleia Geral das Nações Unidas reuniu imediatamente após a invasão, mas foi incapaz de reagir de uma forma significativa. As razões são explicadas pela Embaixador Americano nas Nações Unidas, Daniel P. Moynihan,nas suas memórias: "...Os Estados Unidos estavam interessados em que os acontecimentos se desenrolassem como efectivamente se desenrolaram, e contribuiram para que essa situação se verificasse. O Departamento de Estado esperava que as Nações Unidas provassem incapacidade total em qualquer das medidas por elas tomadas. Esta tarefa foi-me dada a mim, e eu levei-a avante com considerável sucesso."

Presume-se que o Embaixador Moynihan estaria avisado da natureza do seu sucesso. Cita uma estimativa de Fevereiro de 1976, do Presidente do Governo Provisório instalado pelas forças indonésias, em "que cerca de 60.000 pessoas foram mortas desde o começo da guerra civil" - lembrando que 2.000 a 3.000 teriam sido mortas durante a própria guerra civil - "10% da população, quase a proporção de baixas experimentada pela União Soviética durante a II Guerra Mundial". Assim, com efeito, reivindicava crédito para o 'seu sucesso' ajudando a causar o massacre que compara às consequências da agressão nazi, não falando do número crescente de vítimas no período subsequente. O Embaixador Moynihan comente ainda que a invasão deverá ter sido bem sucedida por volta de Março de 1976, visto "que a questão desapareceu da Imprensa e das Nações Unidas, lodo depois dessa altura."

Se, virtualmente, desapareceu da Imprensa, o mesmo não pode dizer-se relativamente às Nações Unidas que regularmente têm condenado a agressão indonésia (mais recentemente em Dezembro de 1979). A cortina de silêncio durante 4 anos arrastada,pela Imprensa, nos Estados Unidos e na maior parte do Ocidente, dificilmente demonstra o sucesso do exército indonésio, ainda que se mantenha como testemunho remarcável da eficácia dos sistemas de propaganda orientais.

Por toda a parte o governo americano tem alegado ter poucos conhecimentos sobre os acontecimentos de Timor-Leste - o que, obviamente,

não passa de uma farsa. Ou então, os deputados governamentais reivindicam, a cada passo, que ainda que inicialmente possa ter sido cometidas algumas atrocidades, a situação está agora calma e que a posição mais sensata será a de reconhecer o controlo indonésio. Esta foi, por exemplo, a posição assumida pelo governo nas sessões do Congresso, em 1977, no preciso momento em que a Indonésia estaria a preparar as afensivas assassínas de 1977-78 e quando, paralelamente, a Administração dos Direitos Humanos acelerava o afluxo de armamento a ser usado nessas mesmas operações. Embora negando-lhe existência, o governo dos E.U.A. persiste na sua política de apoio ao terror indonésio enquanto, fiéis, os meios de comunicação se abstêm da exposição dos factos. Este relatório é característico não só é característico nas suas pretensões de que "agora" as coisas estão finalmente a melhorar, a mesma desculpa de sempre, mas também na sua incapacidade de de admitir que as questões continuaram igualmente a surgir no período posterior a Março de 1976.

O Quadro é um pouco diferente quando nos voltamos para as testemunhas timores. Uma das mais impressionantes testemunhas é o P. Leoneto Vieira do Rego, um padre português de 63 anos, que passou 3 anos nas montanhas com a FRETILIN antes de se render, minado pela fome e pela malária, às forças indonésias em Janeiro de 1979. Depois de cárcere e do interrogatório, foi-lhe permitido, em Junho, voltar a Portugal. Os relatos do que observara foram então amplamente divulgados na imprensa mundial, fora dos Estados Unidos. Pouco tempo depois de ter aparecido o relatório governamental acima citado, o P.Leoneto foi entrevistado pelo New York Times.

Os refugiados continuam a informar das atrocidades cometidas, em grande escala, pelos indonésios. Por volta de 1979, algum auxílio estrangeiro conseguiu chegar ao território, mas a distribuição deste estava limitada pelo controlo do exército indonésio. Um relatório apresentado no London Observer (de 20 Janeiro, 1980) sustentava que: "Todo o trabalho de auxílio, na ex-colónia portuguesa, estava apenas a ser dirigido por 4 funcionários de campo estrangeiros." O governo dos E.U.A. está a tentar encobrir o número crescente de revelações e garantir o controlo indonésio sobre os miserávies vestígios americanos subjacentes ao ataque indonésio.

Durante 4 longos e sangrentos anos, os orgãos de comunicação social dos E.U.A., salvo raras excepções, mantiveram-se sintonizados com a

linha de propaganda do governo dos E.U.A. Durante o ano de 1975 houve um interesse consideravel pela situação de Timor-Leste, reflectindo o interesse pela descolonização no antigo império português. Um jornalista australiano, o primeiro a entrar em Timor-Leste após a Guerra Civil de Agosto, escreveu uma extensa reportagem no London Times, na qual rejeitava as alegadas atrocidades por parte da FRETILIN, segundo ele, fruto dos serviços de propaganda indonésios e outros. A sua reportagem apareceu publicada no New York Times para tornar clara a veracidade das acusações, como noticiava o Newsweek baseando-se na notícia do New York Times. Depois da invasão indonésia, as notícias nos E.U.A. escassearam rapidamente a ponto de quase desaparecerem (excepção feita aos comunicados de propaganda ocasionalmente distribuídos à imprensa por parte do governo dos E.U.A. ou do governo Indonésio).

Em finais de 1979 a verdade sobre os acontecimentos começou a transparecer até mesmo na imprensa Americana, e alguns congressistas, principalmente Tom Harkin do Iowa, começaram a tornar-se conscientes da verdadeira natureza do que tinha sido dissimulado pelos meios de comunicação.

A 24 de Dezembro de 1979, o New York Times publicou um honesto editorial sobre os acontecimentos e James Markham consegue o primeiro testemunho dentre os muitos refugiados timores em Lisboa (28 Janeiro, 1980). Em Janeiro de 1980, o Christian Science Monitor publicou vários e precisos testemunhos e outros jornais começaram a publicar parte da informação que, de há quatro anos para cá tinha vindo a ficar disponível, ainda que persistindo muita distorção relativamente ao desenrolar dos acontecimentos e que seja ignorado ou reduzido o papel crucial dos E.U.A.

A importância do comportamento dos orgãos de comunicação social e correntes de opinião durante estes anos não pode ser sobrevalorizada. Os acontecimentos descritos pelo P.Leoneto, e por muitos outros, e as horríveis consequências que finalmente agora nos são dadas a conhecer, são da responsabilidade imediata do governo dos E.U.A., e em menor grau, dos seus aliados ocidentais. Consequentemente, estes actos poderiam ter sido - e ainda podem ser - impedidos mediante o corte do apoio directo a eles dado pelos Estados Unidos. O governo americano tem estado sempre por detrás do exército indonésio não só porque tem prazer no massacre e no genocídio pela fome,

mas também porque a questão de Timor é uma gota de água no Oceano. Desde 1965, quando o exército indonésio tomou o poder por um golpe que levou ao extermínio cerca de 500.000 a 1.000.000 indivíduos, na sua maioria camponeses, que a Indonésia tem sido um valioso aliado.

Tendo em conta a comparação com estas considerações, é natural que a Administração dos Direitos Humanos, à semelhança do seu predecessor, providencie armas para a Indonésia no sentido de lhe dar possibilidades de atingir os seus fins quanto a Timor-Leste, e tente por todas as formas dissimular a verdade.

A extensão da fraude torna-se muito mais clara quando observamos o que acontece quando o sistema de doutrinação começa a revelar-se. Ainda que as instituições possam funcionar, os indivíduos não estão preparados para apoiar acções que conduzam ao genocídio. Assim que a verdade sobre os acontecimentos começou a surgir, parte dos membros do Congresso, e sectores cada vez mais vastos da população começaram a exigir o fim destas atrocidades. Um dos resultados foi que algum auxílio que começou a ser enviado ainda que, sem uma adequada fiscalização internacional seja duvidoso que tenha atingido os que efectivamente tinha necessidade dele, dada a corrupção do exército indonésio.

Existe pela primeira vez a possibilidade real que a pressão exercida sobre o governo dos E.U.A. ponha termo à ajuda militar à Indonésia e que os esforços internacionais sejam concertados no sentido de obrigar a Indonésia a retirar-se, de forma a que os sobreviventes do Povo de Timor tenham a oportunidade de levar à práctica o seu direito à auto-determinação pela qual lutaram durante tanto tempo.

É intrigante verificar a forma como uma parte dos meios de comunicação social está a reagir ao facto de a informação sobre Timor-Leste começar a chegar junto do público.

No "Washington Journalism Review" (arço 1980) Richard Valeriani da NBC e o especialista de assuntos asiáticos e ex-correspondente estrangeiro, Stanley Karkow, discutiram uma das reportagens sobre Timor-Leste, publicada no New-York Times em finais de Janeiro de 1980. Valeriani disse que o leu, apesar de "não se interessar pelo caso de Timor-Leste." Karkow não conseguiu sequer ler a reportagem: "Simplesmente não tive tempo...não havia nenhuma ligação; não tinha nada a

a ver comigo." Ambos defendiam a posição que o Times estava a dar demasiada importância ao facto insignificante dos massacres de Timor rivalizarem com os do Cambodja e que a população fora reduzida à mesma situação da das vítimas da fronteira Thai-Cambodja como resultado directo da política dos E.U.A.

As suas reacções não são únicas. Bernard Nossiter, correspondente do New York Times nas Nações Unidas, recusou um convite para uma conferência de imprensa sobre Timor-Leste em Outubro de 1979, baseando-se no facto do problema ser bastante esotérico, pelo que não disse uma única palavra sobre o debate nas Nações Unidas, debate este que incluía testemunhos de refugiados timores e outros, sobre as constantes atrocidades e sobre as responsabilidades dos E.U.A. nas mesmas.

Talvez que a resposta mais estranha, a esta recente quebra no silêncio dos meios de comunicação, seja a do Wall Street Journal (6 de Fevereiro, 1980) que consagrou um editorial ao assunto. O Journal dá notícia de uma interessante campanha que tem vindo a tomar forma nas últimas semanas a propósito de Timor-Leste. Aponta o facto de que 100.000 pessoas devem ter morrido durante a guerra, acrescentando:

> Algumas pessoas dizem que faz lembrar o Cambodja. E este é nosso: A Indonésia é nosso aliado e nosso fornecedor de petróleo, são armas americanas que os indonésios usaram para cometer as suas atrocidades.

Mas esta acusação, continua o 'Journal' diz menos acerca de Timor do que sobre certas formas do pensamento político americano. "Existem dois factos que distinguem nitidamente Timor do Cambodja. O primeiro é que os E.U.A. estão a enviar algum auxílio a Timor e os Indonésios 'apesar de relutante e insuficientemente' deixam entrar alimentos, enquanto os cambodjanos estariam em muito melhor situação se a União Soviética tivesse o mesmo comportamento. - Os editorialistas fingem ignorar o facto de que a União Soviética prestou ajuda aos Cambodjanos muito antes que os E.U.A. e, ao que parece em maiores quantidades, bem como o facto, testemunhado por funcionários de organizações de assistência internacional, de que o seu auxílio não foi de forma alguma recebido a contra-gosto.

Mas a diferença crucial que merece transcrição integral é esta:

> Mas o mais importante é que é ilusório falar como se os E.U.A. tivessem poder para determinar a evolução de uma situação como a de Timor-Leste. A violência que se abateu sobre Timor é sinal evidente de uma ordem internacional em desintegração. Os que se com os custos humanos de tal caos fariam melhor em começar a encarar tal relação.

O raciocínio não deixa de ser interessante para os estudantes dos métodos de propagenda contemporâneos. Os editorialistas estão a tentar dizer-nos que quando os helicopteros fornecidos pelos E.U.A. arrasam povoações, destroem plantações, massacram as populações das tribos das montanhas e as prendem em campos de concentração, temos de compreender estes factos como " a marca, o sinal de uma ordem mundial em desintegração", não como o resultado de acções dos E.U.A. conscientemente empreendidas e executadas. E se os E.U.A. retirassem o crucial apoio militar e diplomático que permite à Indonésia levar a cabo estas acções, o terror ainda seria maior visto que a sua causa é puramente abstracta. Podemos perguntar a nós próprios se o Pravda atinge tal nível intelectual quando justifica o apoio soviético aos etíopes na Eritreia.

É muito fácil satirizar o Wall Street Journal, mas isso seria ignorar o facto mais importante. A revelação dos apoios dos E.U.A. às atrocidades indonésias, durante os últimos meses,assustou os militares indonésios, o governo dos E.U.A. e os círculos financeiros representados pelo Wall Street Journal os quais pertendem jogar secretamente com a vida das pessoas. A mensagem é clara aumentando significativamente a pressão sobre o governo dos E.U.A. no sentido deste abandonar a sua política de terror e, continuando a trabalhar para levar os factos ao conhecimento de um público cada vez mais vasto, podemos contribuir materialmente para a sobrevivência do Povo de Timor-Leste. Raramente surge 1 oportunidade em que um esforço relativamente pequeno pode salvar milhares de vidas, e seria criminoso perdê-la.